



CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

TELEFONE 234 329 600 - TELEFAX 234 329 601 - 3830-044 ÍLHAVO

DESPACHO

Designação de responsável pelo órgão de execução fiscal e de escrivão em processos de execuções fiscais

Considerando que,

- a) O artigo 15º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro prevê na alínea c) a possibilidade de os municípios procederem à cobrança coerciva de impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito;
- b) Nos termos do disposto no artigo 148º. do Código de Procedimento e Processo Tributário (aprovado pelo DL nº. 433/99, de 26 de outubro), na sua atual redação, tal cobrança efetua-se através de execução fiscal, ocorrendo a sua tramitação nos termos do artigo 148º. e seguintes do invocado Código, perante o “órgão de execução fiscal” designadamente, o serviço periférico local da administração tributária onde deve legalmente correr a execução;
- c) Dispõe o nº. 1 do artigo 7º. do acima referido DL nº. 433/99, de 26 de outubro, que as competências atribuídas aos órgãos periféricos locais serão exercidas, nos termos da lei, no caso de tributos administrados por autarquias locais, pela respetiva autarquia, acrescentando-se que, nos termos do nº. 2 as competências atribuídas no CPPT ao dirigente máximo de serviço ou aos órgãos executivos da administração tributária serão exercidos pelo Presidente da Câmara;
- d) No Município de Ílhavo, o serviço de execuções fiscais está previsto na estrutura orgânica municipal, inserida no GAJNEF (Gabinete de Apoio Jurídico, Notariado e Execuções Fiscais), sob a dependência direta do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do artigo 1º. da “*Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais*”. Nos termos do artigo 16º. desta última, estão atribuídas ao GAJNEF, no domínio das execuções fiscais, as seguintes tarefas:
 - *Preparar, para assinatura, a correspondência e documentos relacionados com as execuções fiscais;*

- *Executar o expediente necessário ao exercício da competência e das funções atribuídas pelo CPPT quanto a instruções, reclamações, impugnações e transgressões, de acordo com a legislação em vigor.*
- e) A Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, atribui ao Presidente da Câmara competências para decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais (cfr. alínea a) do nº. 2 do artigo 35º. do Anexo I), bem como lhe atribui o poder de coordenação dos serviços municipais (cfr. artigo 37º. do Anexo I), pelo que, em face do quadro legal, a designação do Responsável pelo Órgão de Execução Fiscal, enquadra-se nos preceitos legais referidos, constituindo competência própria do Presidente da Câmara;
- f) A designação do responsável pelo órgão de execução fiscal, bem como de escrivão nos respetivos processos, torna-se indispensável para que sejam asseguradas as normais competências do Município de Ílhavo e bem assim, o normal funcionamento do serviço;

Designo, ao abrigo da competência que me é conferida pelas disposições conjugadas da alínea c) do artigo 15º. da Lei nº. 73/2013, dos artigos 148º. e 149º. do CPPT, do nº. 1 do artigo 7º. do DL nº. 433/99, de 26 de outubro, da alínea a) do nº. 2 do artigo 35º. e do artigo 37º., ambos do anexo à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, com efeitos à presente data:

1. Como responsável pelo órgão de execução fiscal do Município de Ílhavo, a Sra. Dra. Maria da Luz Portugal Fontes Pereira de Melo Granjeia, técnica superior jurista afeta ao Gabinete de Apoio Jurídico e Execuções Fiscais, podendo, nas ausências, faltas ou impedimentos desta, tais funções ser exercidas pela Sra. Dra. Ana Patrícia Damas Araújo, também técnica jurista afeta ao mesmo,
2. Como escrivã nos processos de Execução Fiscal, a assistente técnica Sra. D^a. Teresa Maria Pereira Topete afeta ao Gabinete de Apoio Jurídico e Execuções Fiscais, podendo, nas suas ausências, faltas ou impedimentos,



CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

TELEFONE 234 329 600 - TELEFAX 234 329 601 - 3830-044 ÍLHAVO

tais funções ser exercidas pela também assistente técnica, Sra. D^a. Eunice Maria Rodrigues Silva Santos, afeta ao Serviço de Taxas e Licenças, da Divisão de Administração Geral.

Divulgue-se e afixe-se pela estrutura dos serviços municipais, nos termos do artigo 56º. do Anexo à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Ílhavo, 10 de novembro de 2017.

O Presidente da Câmara,

Fernando Caçoilo, eng^o.

